

II Congreso Técnico Empresarial



110

Rosario, 27 y 28 de agosto de 1998



RECONVERSÃO PRODUTIVA RURAL E AGROINDUSTRIAL FACE AO NOVO CONTEXTO ECONÔMICO

Otto G. Konzen

Rogne Lauschner

Gerardo Schweinberger

Presentada por

Derli Schmidt

Introdução

A abertura dos mercados e a globalização da economia facilita a transferência, entre regiões e países, de tecnologias e de processos que fazem parte de complexas cadeias produtivas. Também abrem as portas à entrada de bens produzidos nas regiões e países mais adiantados em termos de desenvolvimento tecnológico e, portanto, mais eficientes, economicamente.

Estabelece-se, assim, um novo quadro de relações e oportunidades, que torna, também, mais complexas as questões de desenvolvimento, especialmente as que concernem à adequação dos problemas dentro do setor rural, porque, na medida em que a concorrência se abre ao exterior, pela redução de barreiras de entrada, a necessidade de mudanças em direção à competitividade torna-se mais exigente. Com isso, as dificuldades com que se deparam os nossos produtores para manter a viabilidade de suas atividades tendem a aumentar.

Dessa forma altera-se a condição diferencial das regiões menos desenvolvidas tecnologicamente, em comparação com as consideradas desenvolvidas, porque, se anteriormente, a política governamental e atividades das organizações dos produtores podiam atuar sobre os preços e as condições de mercado que se ajustassem à estrutura dos custos incorridos pelos produtores, no contexto novo, tais possibilidades se alteraram, de modo que a viabilidade econômica depende da eficiência, em termos de qualidade de produto e de custos, que assegura a competitividade dos produtos, no mercado, frente à entrada concorrencial dos mesmos de outras regiões e do exterior.

Tendo como referencial estas novas dimensões da realidade rural do

país e, especificamente, da que está presente na realidade do nosso Estado, elabora-se neste trabalho uma caracterização do novo marco econômico sobre as atividades econômicas, novas oportunidades que se abrem dentro do setor agropecuário, limitações com que o setor se defronta para se adequar à nova realidade e algumas adaptações que podem contribuir para a sustentação de condições de competitividade dentro do novo contexto.

1. O novo marco econômico e seu impacto sobre as atividades agropecuárias

1.1 - Características do novo marco econômico internacional.

Ao nível internacional, podem ser assinalados, principalmente, os seguintes componentes do que constitui uma nova realidade da economia mundial e que tem a ver diretamente com o desempenho e as necessidades de adaptação das economias individuais, particularmente as dos países em desenvolvimento:

- Globalização econômica, consistindo em maior homogeneidade qualitativa de produtos, com tecnologias similares sendo adotadas, tanto nas empresas transnacionais, que operam em diferentes países, quanto por outras que operam como fornecedores a estágios subsequentes de processamento. Ou seja, a globalização pode ser qualificada pela expressão de que "tudo o que acontece em qualquer parte do mundo repercute em todos os lugares" (BRUM, s/d).

A globalização econômica inclui mudanças tecnológicas, características, mais pelo progresso na área dos processos do que na da criação de novos produtos. Elevou-se a eficiência e a flexibilidade produtiva e reduziram-se custos, o que ocorreu de forma global, sistêmica. "Trata-se de um "approach" sistêmico e não puntual, isto é, não existem mais empresas eficientes, mas sim sistemas eficientes" (BARROS, 1993, p.)

- A Abertura das economias ao mercado internacional está associada à globalização, ou esta àquela, viabilizando-a pela redução de fronteiras e ampliando mercados. Deve-se reconhecer hoje que "a estratégia de crescimento fechado claramente chegou aos seus limites" (BARROS, 1993).

- A integração de grandes Blocos Econômicos, para a formação de União de Países em Mercados Comuns, intermedeia o processo de globalização, e estabelece novos relacionamentos internos com maior homogeneização de produtos e mercados entre os países participantes.

Ao mesmo tempo, no entanto, cria condições diferenciadas aos países

externos, em comparação aos países membros, devido a regras específicas internas que não se aplicam para fora, (p. ex.: eliminação entre países membros de tarifas alfandegárias). Brum sustenta que "diante da nova proposta econômica mundial, que privilegia a liberalização do comércio como solução para a crise, (proposta esta sacramentada na Rodada Uruguai do GATT), o Mundo passou a adotar a estratégia dos blocos econômicos para consolidá-la. Neste contexto, um novo modelo de desenvolvimento surge na América Latina. O mesmo busca valorizar a integração regional para viabilizar o acesso ao livre comércio" (BRUM, 1995, p.86).

A convergência dos três marcos assinalados gera implicações importantes para a competitividade entre países, principalmente na forma de novas exigências para países menos adiantados tecnologicamente e cujas economias requerem apoio direto do Estado no estabelecimento de condições de viabilidade econômica para determinados setores produtivos ou sobrevivência e acesso ao progresso social de determinados grupos sociais.

A abertura expõe a um maior confronto os produtos externos aos internos, de modo que a eficiência competitiva aumenta de importância na forma de organização de determinadas atividades, cuja competitividade é frágil perante os novos mercados. Roberto Rodrigues sustenta que "não podemos deixar de considerar o Nafta, o Mercosul e o GATT - para citar três exemplos na nossa competição comercial. Para sermos competitivos, nós temos que ser eficientes aqui e lá fora. E, por isso, é preciso levar em conta todos os mercados e as regras desses mercados" (RODRIGUES R. in FUNDOCOP, 1994-95, p. 14).

Isto significa que as mudanças tecnológicas e a integração econômica entre países estão alterando a natureza das vantagens comparativas: Segundo Barros, eleva-se significativamente a necessidade de qualificação da mão-de-obra, com perda de importância da mão-de-obra barata não qualificada para as exigências tecnológicas dos processos produtivos; além disso, capital e matérias primas passam a ser menos restritivas da competitividade, dada a mobilidade do primeiro e o peso menor nos custos representado pela segunda. (BARROS, 1993).

Característica fundamental da competitividade consiste no fato de que os processos produtivos se organizam mais e mais em forma sistêmica. Com isto a competitividade é estabelecida ao longo de cadeias produtivas. No caso das cadeias agroalimentares isto significa que a competi-ti-

dade entre produtos ou entre regiões ou nações se forma desde os primeiros insumos ou matérias primas para a produção rural até a colação do produto processado ou industrializado à disposição do consumidor final. A vantagem comparativa de um país ou região se determina ao longo de toda a cadeia, de modo que desvantagens de uma região ou de uma cadeia, ao nível do agregado da produção rural, podem ser eliminadas por maior eficiência no agregado seguinte (JANK, 1993).

Dois marcos adicionais importantes devem ser acrescidos aos aspectos acima assinalados. Relacionam-se diretamente com características que deverão moldar o processo de desenvolvimento no futuro. Referem-se, primeiramente, ao crescimento econômico com garantia de preservação de recursos e do meio ambiente para as gerações futuras; e, em segundo lugar, ao progresso econômico baseado em tecnologias que resguardam uma qualidade intrínseca dos produtos de modo que atendam às crescentes exigências do consumidor final. Assim,

- A concepção do desenvolvimento econômico-social e do progresso tecnológico, necessário ao desenvolvimento, incorpora, obrigatoriamente, a dimensão da sustentabilidade enquanto esta evoca, principalmente, mas não exclusivamente, as exigências do não esgotamento de recursos naturais e da preservação do meio ambiente ecológico referentes às atividades do setor das explorações rurais. Inclui, também, as dimensões de sustentabilidade política, econômica e social, além da ecológica. No desenvolvimento sustentável, o pilar político poderia representar ações de política global, ações de política ambiental; do ponto de vista econômico, a utilização dos resultados, a distribuição de riquezas; do ponto de vista social, a segurança alimentar; a satisfação das necessidades; do ponto de vista ecológico, a conservação da natureza, o monitoramento e assim por diante (FLORES, 1994).

- Um quinto elemento a considerar consiste nas exigências crescentes que, principalmente, os mercados dos países de maior renda requerem para os produtos de consumo alimentar, em termos de qualidade e de isenção de ingredientes nocivos à saúde humana, resultantes do uso de componentes tecnológicos químicos no processo produtivo. "Essencialmente as pessoas querem que o agribusiness garanta que a qualidade de vida e as práticas salutaras que o meio ambiente proporciona, sejam partes intrínsecas do sistema agrícola do país. A sociedade requer a garantia de que a agricultura seja sustentável, alimente as pessoas no presente e preserve a terra para as gerações futuras" (BIRD G e IKERD, J,

1994).

Em termos gerais isto significa para os países em desenvolvimento a necessidade de investirem nas adaptações necessárias para não perderem espaços e mercados para sua produção.

1.2 - A nova realidade regional, com o Mercosul

A implementação do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) ao abrir as portas e facilitar o fluxo de produtos e de fatores entre os países participantes, altera significativamente as condições de mercado para diversos produtos, ampliando-os em alguns casos e restringindo-os em outros.

O traço característico mundial da abertura de mercados está também atingindo diretamente os países do Mercosul, na medida em que passam a transferir livremente seus produtos de um país a outro sem incidência de tarifas aduaneiras.

Assim, a competitividade, que antes se estabelecia, basicamente entre produtos e produtores dentro de cada país ou de regiões dentro do país, agora é ampliada para a concorrência no âmbito dos países participantes do Mercado Comum.

Esta situação nova é criada intrinsecamente pela essência do "mercado comum" e, automaticamente se transforma em novo marco de relações, de oportunidades e de desafios para os diversos setores produtivos de cada um dos países participantes.

"O novo cenário da concorrência é fruto da desregulamentação dos mercados, da rápida abertura econômica ao exterior, da consolidação do Mercosul e demais blocos econômicos e da própria crise dos mecanismos tradicionais de intervenção governamental" (ABAG, 1995, p.6).

Cabe adicionar, ao menos para o caso brasileiro, que a partir do início da década de 1980, a capacidade de apoio direto do Estado se esgotou. R. Rodrigues afirma que "o Estado intervencionista falhou: Não existe mais um sistema de crédito rural consistente; o sistema de preços mínimos é mais político do que legal; o seguro rural quebrou; a infra-estrutura está toda sucateada na área de estradas, portos, armazenagem, telecomunicações, eletrificação" (RODRIGUES R. in FUNDOCOOP, 1994-95, p.13).

Para a competitividade das cadeias agroindustriais, individualmente, os problemas e as opções se delineiam de forma diferenciada caso a caso e a solução deve ser buscada "na integração dentro de processos organizados que levem em consideração a verticalização da atividade e, portan-

to, a agregação de renda" (RODRIGUES R. in FUNDACOOP, 1994:95, p. 13).

A realidade do Mercosul gera uma situação nova, mais favorável para uns produtos, em relação aos quais nossos custos de produção são inferiores, e desvantajosa para outros, nos quais a vantagem comparativa dos países parceiros é superior à nossa. Especificações dessas diferenças entre cadeias agroalimentares são abordadas em tópico posterior deste trabalho.

1.3 - *Conseqüências do novo contexto sobre a economia interna.*

Importante é considerar aqui tanto o contexto externo da globalização, abertura de mercados e blocos econômicos, quanto as condições internas em termos das restrições de apoio direto que o poder público pode prestar ao setor rural.

De uma parte, o setor produtivo necessita capacitar-se a concorrer externamente, o que exige avanço significativo em qualidade de produto e eficiência na produção; de outra parte menos e menos pode esperar o apoio direto do setor público. "Quando no início da década de 80, começaram a ser extintos os subsídios, nossa agricultura foi forçada, com perda a entrar na maturidade" (BECKER F., in FUNCCOOP, 1994-95, P. 17), mas, e talvez em conseqüência do desafio colocado, "o grande ponto positivo da agricultura nas duas últimas décadas foi a melhoria da produtividade da lavoura" (MELLO Fernando H., in FUNCCOOP, 1994-95, p.15).

Em termos gerais, deve-se reconhecer que a nova realidade do Mercosul modifica as perspectivas e as exigências regionais do desenvolvimento, particularmente das regiões fronteiriças entre os países, como é o caso da Região Sul do Brasil, e, particularmente, do Rio Grande do Sul.

2. *Novas oportunidades dentro de setor agropecuário*

2.1 - *Tecnologia agropecuária: adaptação tecnológica*

Avanços significativos ocorreram no Brasil durante os últimos 25 a 30 anos no desenvolvimento de novas tecnologias agropecuárias. A pesquisa tecnológica, desenvolvida no país em Estações Experimentais e em Universidades e, principalmente, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, a partir de sua fundação em 1974, oferece, atualmente, ao produtor amplo conjunto de opções tecnológicas com potencial produtivo elevado.

Sabe-se, no entanto, que não basta, a existência de estoques de tec-

nologias para que estas sejam vantajosamente adotadas pelos produtores em seu conjunto. A mudança tecnológica generalizada é, historicamente, um processo lento e diferenciado entre produtores.

Depende, entre outros elementos: a) da expectativa que o produtor tem sobre ganhos que alcançará com a inovação; b) das condições econômicas e da capitalização prévia do estabelecimento para assumir os custos adicionais inerentes à nova tecnologia; e, c) não em último lugar, da capacidade gerencial e da disposição do produtor de assumir riscos na expectativa de ganhos econômicos adicionais.

Isto significa, em termos efetivos que o acesso às tecnologias mais avançadas por parte dos produtores pequenos, com poucas poupanças e com limitadas garantias a oferecer a instituições de crédito, é relativamente pequeno a não ser que tais limitações sejam superadas de forma supra-empresarial e com apoio direto do Estado.

Isto implica na necessidade de políticas governamentais ou formas de organização associativas dos próprios produtores diferenciadas entre produtores pequenos e os de maior capacidade econômica. Em outros termos, requer-se políticas de apoio diferenciadas entre grupos de produtores, para o estabelecimento de condições não diferenciadas de acesso a tecnologias avançadas.

3.2 *Integração horizontal e vertical de empresas e o gerenciamento da produção.*

A modernização tecnológica promovida pela "revolução verde", a partir da década de 1960 no Brasil, induziu de imediato um incremento rápido no uso de insumos industriais na tecnologia da produção. Isto correspondeu, primeiramente, a uma intensa monetarização dos custos da produção rural e a uma vinculação direta desta à produção de máquinas e equipamentos mecânicos e de insumos químicos, além do desenvolvimento, pela pesquisa de novas sementes e desenvolvimento genético de animais.

Esta modernização corresponde a uma primeira fase de constituição dos sistemas agroindustriais, através do estabelecimento de interdependências entre os seus dois primeiros agregados, - o da produção de insumos e o da produção agropecuária.

A implantação e a expansão dos sistemas agroindustriais, ao longo das décadas de 1970 e 1980 no país, realizando a integração dos três agregados do complexo agroindustrial - (insumos rurais; produção rural; e

processamento, industrialização e comercialização), provavelmente, constituiu o marco mais importante da recente mudança nas oportunidades de acesso a novos mercados e de competitividade perante a abertura internacional e dentro do âmbito do Mercosul.

A posição central e dinamizadora da agroindústria em relação a toda a cadeia, permite identificar os mercados potenciais do produto, a qualidade necessária ao produto e os custos de produção compatíveis com a demanda, seja esta interna ou externa. Assim ela estabelece, também, a qualidade da matéria prima que processa e determina a quantidade a ser produzida para a qual há demanda efetiva (LAUSCHNER, 1995).

No caso de importantes cadeias agroalimentares, como aves, suínos e leite, estabeleceu-se uma integração intensa entre os produtores rurais e a agroindústria, com influência direta sobre a tecnologia utilizada na produção da matéria prima rural. Isto significa que a integração agroindustrial, ao mesmo tempo que permite controlar as condições de competitividade perante os mercados, também atua diretamente na ampliação (e na limitação) de tais oportunidades.

Em outras cadeias agroalimentares, a integração do produtor rural com a agroindústria é menos estreita e quase inexistente, como é o caso a cadeia de carne bovina, e de cereais em geral.

A integração do produtor rural, quando ocorre, afeta diretamente o gerenciamento da produção, uma vez que transfere as principais decisões sobre qualidade do produto e processo produtivo do produtor à indústria integradora. Esta influência é quase total no caso de frangos e algumas formas de integração na produção de suínos, e menos direta na produção de leite. Nesses últimos casos a influência se exerce mais pela exigência de qualidade estabelecida sobre o produto, do que sobre o processo da produção.

Há que ter em conta que a influência direta da agroindústria sobre o conjunto dos produtores rurais é parcial e seletiva, na medida em que decide, em muitos casos, quais os agricultores que são integrados à cadeia, (por ex., aves e suínos). Por isso outras formas de organizações e associações entre produtores também, se destinam à criação de novas oportunidades de adaptação ao novo contexto dos mercados e da competitividade entre eles.

2.3 Formas novas de organização das empresas agropecuárias.

A necessidade de adaptação ao novo contexto de competitividade mostrou a fragilidade dos pequenos produtores rurais quando per-

manecem isolados economicamente.

Por isto estão sendo desenvolvidas no Brasil, além das integrações agroindustriais outras formas associativas, com resultados positivos, para o fortalecimento dos pequenos produtores. Destacam-se entre essas associações, a ação das Associações de Prestação de Serviços e Assistência Técnica - APSATS, os Condomínios Rurais e as Cooperativas Rurais, tanto as de produtores, quanto as de produção.

As APSATS e os Condomínios Rurais são organizações de pequenos produtores que adquirem e exploram associativamente o patrimônio da entidade, como máquinas, equipamentos, prédios, área condominial, etc. alcançando com isto uma operação em escala superior à das propriedades individuais.

"As APSATS são entidades de direito privado e com autonomia administrativa, inspiradas nos princípios dos círculos de máquina da Europa, conhecidos como MR (Maschinenring)" (RODRIGUES, 1992).

"O objetivo inicial das APSATS visava prestar serviços de mecanização agrícola nas pequenas propriedades, através da aquisição e manutenção conjunta de máquinas e equipamentos, acompanhados de assistência técnica. A partir de meados da década de 80, essa forma associativa foi aproveitada para ajudar na solução de outras necessidades na agricultura como a criação de leitões, armazenamento, compra de insumos, conservação do solo e outros" (RODRIGUES, 1992, p.5). Ou seja, de uma predominância inicial de APSATS de mecanização, multiplicam-se essas associações para objetivos diversificados de produções conjuntas.

Segundo convicção predominante entre associados uma amostra de APSATS do Rio Grande do Sul, "o sistema APSAT, de modo geral, é uma forma associativa de efeitos altamente positivos para a melhoria técnica, facilidade do trabalho rural, espírito de união e colaboração e aumento da renda de seus associados. O sistema deve ser estimulado, porém é necessário aumentar sua eficiência interna" (KONZEN, 1991, p.561).

A eficiência interna necessária nas associações APSAT, está diretamente ligada à gerência das atividades e ao planejamento eficiente da utilização dos equipamentos, no caso das APSATS de máquinas, também depende diretamente do espírito cooperativo dos associados no trato dos recursos da associação.

Os Condomínios Rurais, à semelhança das APSATS, "são associações de pequeno número de pequenos agricultores vizinhos que se unem para

procurar, de forma coletiva, resolver seus problemas de ordem econômica e social" (MERCADO RURAL). Realizam conjuntamente determinadas atividades ou adquirem em conjunto equipamentos para uso pelo grupo. Operativamente pouco se distinguem das APSATs e estão aumentando consideravelmente no Estado devido ao apoio que recebem do governo estadual. O "Programa de Condomínios Rurais" foi instituído pelo governo do Estado em 1991. De março de 1991 a novembro de 1994, foram financiados, com recursos públicos, programa FEAPER 557 condomínios e outros 724 se estabeleceram através de outras fontes de recursos. Os condomínios mais frequentes são de: Máquinas/Implementos; Suínos; Eletrificação Rural; Correção e Conservação do Solo; Compra e Venda Comercial; Gado Leiteiro.

Com relação às Cooperativas agropecuárias, muitas iniciativas constituem formas diretas de apoio a seus associados, no sentido de fortalecer os pequenos produtores perante o mercado. Na ausência de políticas governamentais, direcionadas para a reconversão econômica de atividades rurais estão apoiando seus associados na introdução de novas atividades em substituição do binômio trigo/soja por produção mais diversificada.

Tais iniciativas incluem diversos "Planos Programados de Produção" (PPP), em relação aos quais são analisados primeiramente, para cada produto a ser desenvolvido, os mercados finais, os custos de produção e os custos de instalações necessárias. Constatada a viabilidade do empreendimento, são abertas inscrições para os associados e cria-se, então, um setor na Cooperativa que é capitalizado pelos associados interessados e que distribui as sobras aos associados advindos dessa produção específica. Entre as iniciativas dessa natureza cabe assinalar:

As Cooperativas também buscam também a diversificação através do planejamento de novas atividades, alterando seu perfil de negócios, passando da produção predominante de cereais para a agroindustrialização de pequenos animais (suínos e aves) de produção leiteira. (Exemplo típico: a Cooperativa Trifreola de Brexim, Itda - COTREL, que hoje obtém a maior parcela de seu faturamento com a produção e comercialização de aves, suínos e rições. A participação dos cereais caiu para módico 20%, (quando em 1982 correspondia a 65% das receitas).

Muitos outros exemplos poderiam ser referidos, para demonstrar as iniciativas do cooperativismo na defesa dos interesses e das rendas de seus associados e da população rural em geral.

3. Limitações do setor agropecuário no contexto da globalização

3.1 Capacidade efetiva e limitações de acesso ao crédito rural.

A partir da segunda metade da década de 1960 até inícios da década de 1980, o crédito rural abundante e subsidiado, associado a planos técnicos de produção, constituiu um dos principais instrumentos da política de modernização agrícola e muito contribuiu para a mudança tecnológica ocorrida, nesse período, em diversos produtos, particularmente de exportação.

A partir das dificuldades que caracterizaram a década de 1980, também a disponibilidade de recursos para financiamento rural se reduziram progressivamente: Os recursos médios anuais de 1983-86, correspondiam a 69,3% dos valores alocados anualmente de 1979-82, no período de 1987-89, estavam reduzidos a 72,9% em relação a 1979-81, e, em 1990-92, tinham caído a 25,1% dos valores do início da década de 80 (FAO-INCRA, 1994, Tabela 3a).

Concomitantemente com a diminuição na alocação de recursos ao crédito rural, aumentou o custo real do crédito ao produtor pela retirada dos subsídios no início da década de 1980. Com isto os custos financeiros começaram a onerar os custos totais da produção, alterando significativamente a relação "custo monetário/receitas esperadas". A elevação do custo real de produção, com incidência de taxas de juro reais positivas atenuou no sentido de uma diminuição na procura de crédito por parte dos produtores.

Conseqüentemente, tratando-se do Rio Grande do Sul, "enquanto a produção física apresenta crescimento", "os custos das lavouras estão inviabilizando a atividade, os produtores não conseguindo se capitalizar", e, "a maioria tem produzido às custas de um agudo endividamento pessoal ou de suas cooperativas (sistema troca-troca), num processo fatalmente excludente, porquanto coloca no caminho da crise igualmente as cooperativas na medida em que muitos destes compromissos, por uma ou outra razão típica da atividade agrícola, acabam não sendo honrados" (PINTO, Rui P.; in FUNCOOP, 1994-95, P.11).

3.2 Organização microeconômica da empresa agropecuária.

Existe no Brasil ampla diversidade de estabelecimentos rurais, o que pode ser evidenciado através de Diversos critérios classificatórios.

O critério mais tradicional tem por base a área física dos estabelecimentos, visualizando a concentração fundiária existente. De acordo com

esta classificação, no país, os estabelecimentos pequenos (com menos de 50 hectares), equivalem a 82,5% do total, entre os quais 52,8% são de área inferior a 10 hectares e 66,9% de área inferior a 20 hectares (FIBGE, 1985).

Na Região Sul do país, incluindo os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a concentração dos estabelecimentos pequenos, com área inferior a 50 hectares é de 88,3%, entre os quais 41,9% são de área inferior a 10 hectares e 67,1%, de área inferior a 20 hectares (FIBGE, 1985).

A elevada concentração de estabelecimentos abaixo de 10 hectares, demonstra a dificuldade de uma organização tecnologicamente eficiente e de uma combinação economicamente eficiente de fatores, o que são requisitos fundamentais para a produção a custos baixos e para a competitividade perante outras dimensões de unidades produtivas.

Para o Rio Grande do Sul, especificamente, a elevada concentração de pequenas propriedades, operando com produtos de baixo valor adicionado e baixa rentabilidade por área constitui, talvez, "o problema mais grave a ser enfrentado no atual contexto, para assegurar a competitividade dessa grande maioria de produtores rurais. Para exemplificar:

- "95% dos produtores de soja cultivam o grão em áreas inferiores a 50 hectares e respondem por metade da produção do Estado. Da mesma forma, 80% dos produtores de milho utilizam menos de 50 ha. e 45% menos de 20 ha. A área média das lavouras de trigo é 12 ha. A área média cultivada pelos fumicultores é inferior a 2 ha, sendo que 88% dos produtores possuem propriedades com menos de 25 ha.

- 77% dos suínocultores possuem até 4 matrizes (92% possuem até 9). Quase 40% dos suínos são produzidos para uso caseiro.

- 80% dos produtores de leite entregam até 30 litros por dia, sendo responsáveis por mais da metade do leite produzido no Estado." (ABAG, 1995, p. 11).

Em termos de sobrevivência e sustentabilidade econômica dos diversos sistemas, que podem ser identificados dentro da estrutura agrária do Brasil e do Rio Grande do Sul, uns sistemas são mais frágeis e de difícil sustentabilidade econômica sem que sejam apoiados por esquemas especiais de fortalecimento. Outros somente se viabilizarão através de formas associativas de produção e comercialização, o que mais uma vez confirma a importância do Cooperativismo de de outras diversas formas de associações como vias de superação dos problemas peculiares das

unidades produtivas rurais no contexto atual.

4. Políticas de reconversão agropecuária

Há um reconhecimento generalizado da necessidade de adaptação da política agrícola às exigências do novo contexto, representado pelo Mercosul e a globalização econômica. Reuniões técnicas e seminários tratam freqüentemente da questão de "políticas de reconversão", especificando conjuntos de medidas inadequadas da política atual e apontando para mudanças necessárias, tanto nas políticas globais, quanto na política setorial.

Atribui-se ao governo a falta de uma efetiva política agrícola de médio e longo prazo e, ao contrário, medidas discriminatórias ao setor, faltando o apoio necessário, quando outros países, particularmente os mais adiantados, subsidiam seu setor rural. "O aspecto negativo (da agricultura nas duas últimas décadas) é a continuada discriminação da agricultura, expressa na política cambial, que privilegiou outras atividades, e na estrutura tributária brasileira, que a castiga tanto em nível de insumos, quanto nos preços dos produtos finais para os mercados interno e externo" (MELO Fernando H. in FUNCCOP, 1994/95, p.15).

Em termos da política agrícola governamental face ao "contexto de uma economia aberta, desregulamentada e integrada de blocos econômicos" as seguintes prioridades no âmbito da política do Governo Federal são defendidas pela ABAG/RS, (ABAG/RS, 1995, pp. 25-27):

- a) Estabilidade econômica e taxas de juros compatíveis, o que implica em - controle permanente da inflação; - liberdade de formação de preços;
- b) reforma de taxas de juros nos patamares internacionais;
- c) reforma tributária, sendo fundamentais três tópicos: - eliminação dos impostos sobre insumos, máquinas e equipamentos agropecuários; - redução de impostos sobre os produtos da cesta básica; - e, eliminação dos impostos sobre exportações de produtos agropecuários brutos e semi-elaborados;
- c) política cambial, eliminando-se a sobrevalorização da moeda nacional porque esta "simultaneamente destrói a competitividade das exportações de commodities e torna o produto importado artificialmente mais competitivo". Torna-se "imprescindível manter a paridade de longo prazo do poder de compra da moeda";
- d) política comercial, eliminando os efeitos negativos de subsídios

incentes às importações de diversos produtos, o que reduz a competitividade de produção nacional. Assim, "vários produtos gáuticos (entre eles arroz, leite, trigo e carne bovina) são permanentemente afetados pela concorrência desleal e predatória de importações carregadas de subsídios dos países ricos". Requer-se mecanismos de defesa através de - direitos compensatórios contra a importação de produtos subsidiados; - legislação anti-dumping; - regras de origem e mecanismos de solução de controvérsias no Mercosul; - salvaguardas comerciais especiais; e, - neutralização da concorrência desleal representada por importações favorecidas por crédito internacional barato (8-12%a.a.) e longos prazos de pagamento"; e,

e) política tarifária, com o estabelecimento de "uma taxa de proteção efetiva neutra na definição das tarifas alfandegárias que favoreça a não-discriminação tarifária entre setores interligados.

Expresso de outra forma, "a reorganização dos instrumentos da política agrícola deve se dar em torno de seis objetivos básicos: competitividade e integração produtiva mundial; estabilização de preços; integração agroindustrial; desenvolvimento tecnológico; equilíbrio regional de renda; e, redução do sub-emprego e da pobreza absoluta" (PINTO Rui P. in FUNCOOP, 1994/95, p. 11).

Na verdade, embora se tenha conhecimento das necessidades de políticas direcionadas aos ajustamentos necessários à atividade agroindustrial, não se tem, até o momento, efetivas mudanças de política governamental que contemplem a reconversão econômica do setor rural em termos das novas exigências do mercado.

O que pode ser ressaltado são iniciativas de cooperativas e órgãos governamentais de apoio ao setor rural, no sentido de prestar educação e assistência técnica ou apoiar através, de esquemas especiais de financiamento, como é o caso de cooperativas, a introdução de formas associativas de produção ou reordenamento das atividades ao nível de produtores, agindo, assim, no sentido do fomento à reconversão necessária. Embora com objetivos de resultados econômicos, estas experiências são abordadas em outra parte do trabalho.

5. Situação e opções de competitividade da agropecuária nacional e rio-grandense e a posição das organizações de produtores

Esta parte do trabalho desenvolve a questão da competitividade do

agribusiness brasileiro perante a abertura comercial e o Mercosul. Para tanto, enfoca primeiro a situação existente, para depois considerar alguns ajustes considerados necessários para a superação de desvantagens comparativas e, por fim, apresenta a posição de diversas entidades representativas dos produtores em relação a perspectivas do nosso agribusiness dentro de Mercosul.

5.1 Situações de competitividade

O sistema alimentar de um país ou região, pode estar perdendo espaço para sistemas semelhantes de outro país ou região. Tal fato está sendo constatado em relação ao Rio Grande do Sul, sendo exemplos a concorrência do trigo e leite argentinos, o arroz asiático, a soja do Centro-Oeste, a fruticultura do São Francisco, novos óleos vegetais, adocçantes sintéticos e outros. (ABAG 1995, p.6).

Entre elementos estruturais que agem negativamente sobre a competitividade do Rio Grande do Sul, destacam-se, segundo o estudo da ABAG:

- a desvantagem competitiva da pequena propriedade rural do Estado, pela sua frequência, operando com dificuldade de opções de inovação tecnológica e desenvolvendo produtos de baixo valor adicionado e baixa rentabilidade por área;

- a escassez de recursos financeiros e o reduzido uso do crédito oficial pelos produtores. Na última safra de verão, por exemplo, "a parcela da agricultura que utilizou o sistema oficial de equivalência-produto corresponde a apenas 17% da produção agrícola do Estado, um número pequeno para uma região dominada por pequenos produtores". Os produtores são induzidos a buscar formas alternativas de financiamento, via cooperativas agrícolas, adiantamento das indústrias de insumos e máquinas e a compra antecipada das agroindústrias;

- em relação ao processamento agroindustrial, problemas de eficiência do sistema, com elevação de custos, decorrem, principalmente, da ociosidade das unidades de processamento e da concentração industrial, com desativação de muitas unidades;

- deficiências infraestruturais são assinaladas como outro fator estrutural que dificulta a competitividade nacional e regional: O transporte se realiza, principalmente, por rodovias que tem custos mais elevados; muitas estradas estão mal conservadas e necessitam pavimentação; rotas são pouco econômicas por falta de pequenas ligações que encurtariam distâncias e melhorariam os fluxos; a distribuição geográfica da

armazenagem não coincide com a distribuição da produção agrícola e falta sincronismo e ordenamento no recebimento de vários produtos de safras sucessivas. Ainda é ressaltada a pouca eficiência e os elevados custos de operação do porto da cidade de Rio Grande, único escaleiro para o mar no Estado.

Em termos das cadeias agroindustriais reconhecem-se algumas em situação bastante desfavorável, ou seja, cadeias sensíveis à competição dentro do Mercosul, com posição desvantajosa para o Brasil (e o Rio Grande do Sul). Situa-se entre tais cadeias, principalmente, trigo, soja, leite e feijão, bem como cebola do sul do Estado e uvas e vinho. Para outros produtos, a vantagem está mais favorável ao Brasil, como no caso de suínos e aves de corte; e, ainda, um outro conjunto de produtos não parece se caracterizar por um direcionamento claro de vantagem-desvantagem entre o Brasil e os outros países parceiros do Mercosul: entre tais produtos, listam-se milho, bovinos de corte, a maioria das frutíferas, especialmente pêssego e maçãs, e oleícolas em geral.

Quanto ao feijão, identifica-se uma demanda reprimida e, a não ser que a produção do Estado aumente e possa suprir o aumento populacional, a importação se tornará necessária: o setor identifica desvantagens no processo, como resultante da situação geral (PEREIRA, 1994).

No caso da soja, os custos de produção da lavoura são maiores no Brasil (em comparação com a Argentina), por um uso mais intensivo de insumos e por um processo de tributação interna maior; a indústria brasileira também tem desvantagens em termos de maiores alíquotas de exportação no fardo e no óleo de soja. Embora a tecnologia industrial seja semelhante, o Brasil possui uma enorme capacidade ociosa (PEREIRA 1994; STÜLP, 1993).

“A lavoura gaúcha enfrentará muitas dificuldades para competir com o trigo argentino, já que este apresenta menores custos de produção” (PEREIRA, 1994).

Com relação à uva e ao vinho, o custo brasileiro é intermediário entre o da Argentina e do Uruguai e, o que eleva o preço do produto final é a alta incidência de tributos, que pode ser decisiva na competitividade (STÜLP, 1993).

O custo do milho brasileiro é superior ao da Argentina, mas há que considerar que em relação a esta cultura existe um ampla diversidade de tecnologia e produtividade entre produtores, com um elevado potencial de melhoria da produtividade média e redução de custos. Com isto a difer-

ença existente pode ser superada. A agregação do custo de transporte ao preço do produto, no caso da importação, reduz ao nível do consumidor brasileiro a desvantagem competitiva (STÜLP, 1993); e, o fato de que a maioria dos produtores de milho serem pequenos produtores que ao mesmo tempo também produzem leite e suínos, oferece a opção de comercializar o produto quando o preço é favorável e utilizá-lo como alimento animal quando o preço se reduz.

5.2 - Opções de melhoria da competitividade

De modo geral, as condições competitivas no Brasil podem ser aumentadas através de melhorias estruturais e de avanços na tecnologia adotada por muitos produtores.

Em diversas passagens da análise anterior foi evidenciado que a melhoria das condições infra-estruturais em muito contribuiria para reduzir custos e aumentar a eficiência e competitividade da produção brasileira perante os demais países do Mercosul.

Além disso, uma melhoria tecnológica nas pequenas propriedades, torna-se necessária e pode ser mais facilmente atingida através de um re-dimensionamento de muitos estabelecimentos por meio de formas associativas de produção. Dentro das associações como as APSATS e os consórcios, ou dentro de diferentes programas das cooperativas agrícolas, alcançam-se condições mais facilitadas de acesso a mercados, tanto de insumos como dos produtos.

Parece mais ou menos consensual, atualmente, que a pequena produção individual dificilmente vencerá os obstáculos à competitividade e que, portanto, o ganho de escala e, com ele, a diminuição dos custos fixos deverá passar por formas associativas e cooperativas de atuação.

Exemplos apontados, anteriormente, de produção programada de cooperativas, servem como opções de reconversão econômica, para grupos de produtores, e para determinados produtos, cujas condições de rentabilidade se mostram superiores às da produção tradicionalmente desenvolvida.

8. Conclusões

A globalização da economia, com a desregulamentação dos mercados e a continuação de blocos econômicos e mercados comuns, alteraram o contexto dentro do qual se delineavam os planos e as estratégias de desenvolvimento.

Este contexto novo impacta diretamente no desenvolvimento rural, enquanto, exige maior eficiência e competitividade, que só podem ser alcançados pela profissionalização dos produtores rurais e pela modernização tecnológica das produções, dentro de escalas de operação que viabilizam a redução de custos.

As transformações necessárias dentro do setor rural incluem, também, um estreitamento crescente entre os diversos segmentos das cadeias produtivas, porque a competitividade dos produtos ao nível de seus mercados finais se alcança ao longo de todo o processo, desde os insumos à produção rural, até a colocação do produto no posto de venda no varejo.

Avanços significativos em novas tecnologias agropecuárias estão ocorrendo, e o produtor conta, atualmente, com amplo conjunto de opções tecnológicas de elevado potencial produtivo.

A adoção limitada e, em diversos contextos quase ausente, de tecnologias altamente produtivas, pode ser explicada por múltiplas razões.

Entre tais razões devem ser ressaltados, ao nível das unidades produtivas, os recursos básicos de que o produtor dispõe, o seu grau de capacitação gerencial e de profissionalização, bem como a expectativa que ele tem sobre os ganhos que alcançará com as inovações.

A predominância de pequenos produtores dificulta, sob muitos aspectos, a modernização tecnológica, que, de modo geral, associa as vantagens econômicas à escala de operação. Esta escala, economicamente mínima, ultrapassa a dimensão isolada da maioria dos produtores em nosso Estado. Essa limitação, por sua vez, aponta para a necessidade de formas de produção associativas e que estão sendo adotadas, sob diversas modalidades, e com resultados positivos.

Profissionalização crescente, com gestão mais eficiente das atividades e maior verticalização da produção, através da integração agroindustrial, constituem outras exigências para maior competitividade no contexto existente.

Mas a não adoção ou a adoção limitada de tecnologias mais produtivas decorre também, e em grande parte, de condições externas desfavoráveis e adversas aos produtores.

Diversos, entre tais condições desfavoráveis decorrem de limitações crescentes do crédito rural, e do fato de ser oferecido a um custo superior à rentabilidade média que os investimentos na produção agropecuária proporcionam.

Deficiências estruturais, inibição excessiva e desproporcional-

mente alta em comparação com a dos concorrentes do exterior, também são apontadas como obstáculos a maior competitividade da nossa produção no contexto novo no qual todos estamos inseridos.

Não obstante tais fatores desfavoráveis adversos, reconhece-se, que o contexto novo, ao mesmo tempo que impõe novos desafios, também estimula a criatividade na busca de superação das desvantagens comparativas, com que nos defrontamos, compelindo-nos a buscarmos de verdade a nossa maturidade.

BIBLIOGRAFIA CITADA.

- ABAG - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS - RS. Agribusiness Gaúcho: Competitividade e Propostas de Ação Integrada; Porto Alegre/RS, Ago.1995.
- BARROS, José Roberto Mendonça de. O Brasil e o novo cenário internacional; in: Revista de Economia e Sociologia Rural; Vol. 31, N.2; pp.83-90; Brasília, 1993.
- BIRD, G e IKERD, J. Agricultura Sustentável: Um Sistema para o Século XXI. Estudos Econômicos, No. Especial, pp. 99-114; São Paulo, 1994.
- BRUM, Argemiro Luis. O Difícil Processo de Transição da Agropecuária Gaúcha; in: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RS; Indicadores Econômicos, Vol. 22, N.4, pp. 81-91; Porto Alegre, Jan. de 1995.
- _____. O desenvolvimento no Contexto da Globalização da Economia - Crise, Alternativas, Desafios, Propostas. (Não publicado - encaminhado à FEE para publicação em Indicadores Econômicos).
- CARMO, Maristela, et alii. Agricultura sustentável: Comparação de Indicadores Técnicos e Econômicos entre Sistemas Orgânicos de Produção de Soja no Estado do Paraná. in ANAIS do XXXIII Congresso Anual da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER, Vol. II, pp. 1138-1157 ; Brasília 1995.
- FAO/INCRRA. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável: Proj. UTT/BRÁ/036 Brasília, Nov. 1994.
- FLORES, Murilo Xavier. A Sustentabilidade do Negócio Agrícola - Desenvolvimento Tecnológico. in: UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. A Integração Econômica Regional do Mercosul; ANAIS do I Seminário Internacional de Economia Regional do Mercosul; pp. 35-44; Passo Fundo, 1994.
- FIBGE - Censos Econômicos; Censo Agropecuário, de 1985. Números 1, 22, 23 e 24; Rio de Janeiro, 1985.
- FUNCCOOP - Fundação de Cooperação para o Desenvolvimento Cultural; Doc. 94/95 N.1; Cadernos de Agribusiness do Jornal O Interior; Porto Alegre, 1995.
- GAZETA MERCANTIL, 17/10/1995
- HEINZE, Luis C. (Prefeito Municipal de São Borja, Coordenador). Crise na Agricultura
- Brasileira; Porto Alegre, 1995; (Doc. não publicado).
- JANK, Marcos S.. Mercosul: Efeito das Políticas Públicas sobre a Competitividade; in: Revista de Economia e Sociologia Rural Vol. 31, N.4, out/dez; p.349-369; Brasília, 1993.
- KONZEN, Otto G e FRÖHLICH, Egon R.. A Ajuda Mútua e a Pequena Produção: O Caso das Associações de Prestação de Serviços e Assistência Técnica - APPSATS, um diagnóstico do Rio Grande do Sul. in: ANAIS do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Vol.II; pp.635-653; SOBER, Brasília, 1991.
- LAUSCHNER, Roque. Agribusiness, Cooperativa e Produtor Rural; Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, 2a. Edição, São Leopoldo, RS, 1995.
- LOPES, Mauro R. Oportunidades Perdidas, Acordo Difícil; in. Rev. Conjuntura Econômica, FGV, Jun. 1995, p.64-66.
- MERCADO RURAL, Ano II, No. 10; Porto Alegre, 12/05/95
- PEREIRA, Marcos N. Consolidação Resumida de Informações contidas em Diferentes Trabalhos sobre a Competitividade Agrícola no Mercosul; EMATER/RS; Porto Alegre, 1994 (mimeo.)
- RODRIGUES, Luciene. Mecanização Associativa: Alternativa para Pequenas Propriedades? (O caso da ADERE em Estrela-RS). Tese de Mestrado em Economia Rural; IEPE/UFRRGS; Porto Alegre, 1992.
- STÜLP, Valter. Os Impactos do Mercosul no Setor Agroindustrial e a Pesquisa Acadêmica no Brasil. ANAIS do XXXI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural; Vol. II, p.929-941; Brasília, 1993